

Prefácio

Angola e as ciências sociais

Angola está inserida cada vez mais no globalismo contemporâneo, nas relações, processos e estruturas de dominação e apropriação que se desenvolvem à escala global (Ulrich Beck 1998, 27). A ruptura histórica de vastas dimensões que estão inscritas na globalização contemporânea tem, neste contexto geopolítico, implicações epistemológicas que exigem reflexão.

Relacionadas com o conhecimento humano de uma forma que não pode ser separada das ciências naturais, as ciências sociais e humanas têm como seu principal papel a inventariação de conflitos sociais e a interpretação da realidade social (Foucault 1966). A ciência é um produto cultural contextualizado histórica e geograficamente num dado grupo de pessoas. Pensar a ciência em relação ao senso comum é um exercício que está estritamente relacionado com os contextos. Sendo assim, qual é o papel das ciências sociais em Angola hoje? Como pensar a ciência social na sociedade angolana contemporânea? Nestas linhas, que pretendem introduzir mais uma publicação dos resultados de uma pesquisa académica sobre este país, esta reflexão prende-se sobretudo com a mudança que, enquanto cientista social, tenho vindo a experimentar desde o meu primeiro projecto em e sobre Angola, nomeadamente no que diz respeito às questões relacionadas com a metodologia da observação e da recolha de dados originais naquele país. Ao mesmo tempo que, desde finais da década de 1990, a abordagem pluridisciplinar e transnacional e as suas implicações teóricas se vinham confirmando como as mais operacionais para captar a realidade social contemporânea neste país, surgia a necessidade de adaptação de métodos a um contexto esquivo devido às múltiplas transições (Ferreira 2002, 85-107), a última das quais, na última década, a transição política da guerra para a paz e a reconstrução. Por outras palavras, ir além da análise cultural da globalização e da modernidade tardia a

nível nacional e assumir a relevância epistemológica que a abordagem transnacional e multicultural ganha no estudo da mobilidade humana contemporânea neste contexto exige a adaptação de ferramentas e metodologias, bem como a sua discussão ética.

Em primeiro lugar, organizar e realizar trabalho de campo em Angola exige uma reflexão sobre os vários tipos de desafios a superar para tornar possível a recolha da informação.

Apesar do interesse crescente das estruturas políticas pela investigação na área da economia e da política, que se consubstancia maioritariamente em estudos macro e à escala global, a Angola contemporânea continua a dar baixa prioridade às ciências sociais.

A falta de apoio à investigação em ciências sociais da instituição governamental angolana resulta num grande constrangimento, que dificulta o trabalho científico em Angola. O panorama melhora um pouco quando o estudo se situa fora da região de Luanda, mas tem sido muito difícil, na última década, fazer chegar às populações interessadas os resultados das pesquisas nas quais tenho estado envolvida, sobretudo porque os governadores das províncias, sempre atentos aos eventos que dizem respeito à sociedade, em especial quando estes se referem a estudos coordenados e financiados por academias estrangeiras, acabam por manter-se algo relutantes no apoio à sua divulgação. O governo central, ao privilegiar a leitura economicista da sociedade, constitui, neste sentido, um entrave também para o poder local.

A guerra recente e ainda muito presente na memória colectiva e individual, assim como a ausência de estudos académicos e de informação estatística nacional em ciências sociais, têm contribuído para as dificuldades de fazer pesquisa no país.

O poder político continua fortemente ideologizado; já o era – pelo menos a nível do discurso – no período revolucionário, uma vez que, como é sabido, a pesquisa estava, neste período, impedida.

A partir de 1974 e até meados dos anos 1980, só a literatura e a história aparecem como forma de sustentar uma espécie de excepção ao pensamento do partido único. Na literatura recordam-se as obras de Pepetela e Manuel Rui, que – mesmo com alguns problemas após o fraccionismo em 1977 – escreveram relatando a vivência das populações no período pós-independência. Ao mesmo tempo historiadores tentam construir a história de Angola numa abordagem que se quer distinta da história colonial, até agora dominante. Mas são a literatura e as artes, com muitos escritores e artistas, que continuam a ser, ainda hoje, a forma mais importante de denúncia dos conflitos sociais e de

conhecimento da sociedade contemporânea angolana na sua organização social.

Desde 1992, após a abertura ao multipartidarismo e ao mercado e a esperança que os processos de paz construíram no país, assiste-se à transição do socialismo para o capitalismo e aparecem todas as dúvidas relacionadas com a corrupção e as novas formas de dominação.

O relatório sobre o desenvolvimento humano das NU, que, desde 1992, sublinha a necessidade de preencher a ausência de estudos sobre a realidade social, ao mesmo tempo alude à resistência do poder político principalmente às pesquisas que envolvem o nível meso e micro e aos métodos que querem dar voz aos indivíduos através de entrevistas e narrativas sobre a sua vida real.

A partir de 2002, após o período de guerra, as ciências sociais ainda estão seriamente ausentes. As abordagens de carácter mediático e literário que relatam os conflitos sociais acabam por transmitir uma visão negativa e pessimista da sociedade, assim como a escassa participação da sociedade civil, e apontam para um nível de corrupção que se descreve como estrutural e transversal às classes sociais e grupos étnicos, de uma certa forma funcionalmente diluído em toda a sociedade.

Os investigadores na área das relações e mobilidades entre Angola e Portugal que conseguem melhor superar as dificuldades referidas acabam por ser principalmente os detentores de dupla nacionalidade e de fortes redes sociais e familiares em Angola; são eles também os que melhor conseguem negociar os obstáculos postos pelas autoridades públicas e filtrar as exigências do trabalho de campo em Angola. Assim a teoria pós-colonial passa a impor-se como a única possível, por ser localizada nos intelectuais, que teriam uma visão privilegiada garantida pela própria experiência de subalternidade representacional, «aliada ao conhecimento profundo dos *topos* do conhecimento ocidental». Trata-se, para alguns, de uma vantagem estrutural que produz e enuncia o discurso crítico (Machado 2004, 21). O tempo colonial parece querer esgueirar-se de volta na utilização da autoproduzida dicotomia incorporada de forma implícita na teoria pós-colonial.

Na sua maioria pertencentes aos chamados «retornados», os investigadores que têm facilidade de movimentação entre Portugal e Angola acabam por evitar o problema político relacionado com a autorização de entrada no país. A dificuldade na obtenção do visto para Angola já foi denunciada muitas vezes (Chabal 2002; Grassi 2010); parece continuar especialmente no período actual de recessão económica em Portugal e de, por assim dizer, inversão do peso económico entre Angola

e Portugal em termos de acesso ao mercado de trabalho, que fez nos últimos anos alterar o sentido dos fluxos migratórios entre os dois países. A compreensão pós-colonial da «África lusófona» parece permanecer ancorada no período colonial no fluxo invertido contemporâneo, como Patrick Chabal esclareceu no livro acima referido, onde o autor relembra a adopção do discurso *luso-tropical* [no sentido da «quase-teoria» desenvolvida pelo cientista social brasileiro Gilberto Freyre (Recife, 1900-1987) sobre a relação de Portugal com os trópicos], que, a partir da década de 1950, fundamentou a produção ideológica que permitiu ao regime do Estado Novo defender a continuidade do processo colonial com base na sua suposta excepcionalidade (Chabal 2002; Carvalho 2014). Outros autores denunciam também alguma dificuldade quanto à necessidade de gerir o «provincianismo» disciplinar e metodológico na pesquisa sobre mobilidade num país como Angola (Massey 1990, 4).

Neste panorama, é fácil perceber como os estudos sobre a mobilidade humana neste contexto se tornam cada vez mais pertinentes nas suas muitas implicações epistemológicas, que influenciam obviamente os métodos de pesquisa neste espaço geopolítico.

Cheguei a Angola pela primeira vez em 1995 para um trabalho de campo no âmbito de um projecto de investigação sobre género e economia informal que se concluiu em 1997. A forte intervenção do Estado na esfera social e pública, de maneira que o espaço público existia de maneira muito ténue, dava então centralidade às ONG nacionais e internacionais, com os seus projectos no terreno, e estas organizações acabavam por produzir um filtro entre a pesquisa e o poder político, uma espécie de almofada sem a qual resultaria muito difícil a organização de projectos de investigação autónomos. Em 1996, durante a recolha de dados para a minha tese de mestrado, tive ocasião também de verificar que o trabalho não teria sido possível sem o apoio das ONG (Grassi 1998). No mesmo ano, o tema da mobilidade apareceu com alguma força ao integrar a missão da UNAVEM III (United Nations Angola Verification Mission) no Piri (Bengo), onde liderei um projecto de educação cívica das NU, no campo de aquartelamento dos soldados da UNITA no Piri (Bengo), através de uma ONG indigénita pelas NU. A missão tinha o objectivo de acompanhamento da desmobilização dos soldados da UNITA, que, ao entregarem as armas nos campos e ao participarem em actividades de educação cívica, receberiam cuidados de saúde e um mínimo de apoio logístico (vestuário, sapatos, alimentação...) e teriam direito à sua reintegração nas FAA

(exército unificado de um país em paz) ou, para os que quisessem voltar à vida civil, ao regresso aos lugares de residência das famílias. Para o efeito, nos campos foi averiguada essa escolha através de um inquérito e entrevistas aos soldados, sob a coordenação das NU, que deveriam organizar o seu regresso ou a reintegração nas FAA.

Nesse ano, e apesar do protocolo assinado (o terceiro em poucos anos com o mesmo nome), o conflito armado era percebido ainda como em curso – *talvez esteja numa pausa*, como costumava dizer um capitão aquartelado no Piri –, inacabado, na percepção das pessoas e das instituições presentes no terreno. Em suma, um período de não guerra aberta, num panorama onde as relações entre o Estado (os políticos) e os cidadãos eram inexistentes e a intervenção social feita através de órgãos oficiais ao serviço dos interesses dos regimes políticos. Ao menos era este o *feedback* que chegava do contacto diário com os soldados no campo de aquartelamento onde trabalhei e também das conversas com os colegas da ONG em Luanda a trabalharem noutros campos de aquartelamento, com os quais trocava impressões sobre o decorrer da missão nos raros fins de semana de descanso na cidade. Com o reacender da guerra, só mais tarde voltei à investigação em Angola, com o projecto «Angola em movimento» (2003-2008), que confirmou a falta de estudos sobre os problemas reais das populações e a inexistência de centros comunitários e de pesquisa científica no terreno e a sensação de submissão das ciências sociais ao poder político. Desta vez, tratando-se de um projecto de equipa, organizei equipas de campo em quatro regiões – Luanda, Cabinda, Namibe, Cunene – e contei com a ajuda de consultores cujo convite para participar no projecto teve em conta não só a experiência de trabalho neste contexto, mas também «oportunamente» a necessidade de recrutar investigadores que tivessem à partida resolvido os condicionalismos que nos impediam o movimento acima referido para recolher dados em Angola. Os membros da equipa, todos com redes familiares de longa data em Angola ou mesmo angolanos, conseguiram organizar a aplicação do inquérito nas regiões, apesar de muitos condicionalismos no terreno, que foram ultrapassados com o apoio crucial de uma ONG angolana. Os resultados deste trabalho, publicados (Grassi 2010), não têm sido divulgados de forma apropriada em Angola, onde, ao longo de todos os anos do projecto, consegui deslocar-me só uma vez por ocasião do Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, cujos participantes tiveram um regime especial de visto de entrada. O mundo em movimento visto de Angola tem sido, para mim e para

muitos outros cientistas, sinónimo de imobilidade forçada. Mas, como muitas vezes acontece, este condicionalismo deu origem à oportunidade de estender o estudo de caso sobre movimentos de pessoas e mercadorias em Angola ao contexto da diáspora angolana em Portugal e a recolha de dados foi feita quer a nível nacional, considerando os movimentos populacionais que se instauraram a seguir ao conflito armado, quer a nível internacional, considerando os fluxos migratórios contemporâneos para Portugal.

As pessoas em movimento transportam consigo identidades agregadas que redefinem fronteiras físicas, culturais e simbólicas (Grassi 2010, 7). As fronteiras, como reflexo da transnacionalidade, e os seus significados instauram uma dialéctica permanente entre estruturas e agencialidade, um confortável contexto teórico para a análise da complexidade global. A abordagem transnacional permitiu assim fazer um corte epistemológico no quadro analítico da migração.

Na recolha de dados sobre migrações internas em Angola, a perspectiva nacionalista criou dificuldades relacionadas com a ausência de dados estatísticos e a sua organização nacional, tendo em conta a mobilidade interna das pessoas no pós-guerra.

A organização de dados sobre os fluxos migratórios para Portugal resulta muito assimétrica e discorda na avaliação numérica entre o país de imigração e o país de emigração devido a leituras políticas diferentes do mesmo fenómeno.

Foi com o mais recente projecto, cujos resultados são expostos neste volume, que surgiu a ocasião de interpretar e inventariar melhor a realidade social angolana das práticas relacionadas com a mobilidade transnacional dos indivíduos. O projecto *Transnational care arrangements between Angola and Portugal*¹ propõe um olhar sobre as formas que assumem os cuidados transnacionais às crianças e jovens de origem angolana em Portugal e como essas formas afectam as oportunidades de vida das crianças e jovens que permanecem no país de origem, dos seus pais migrantes e dos seus prestadores de cuidados entre Angola e Portugal. O projecto, assim como a escrita deste livro, contou

¹ O projecto é parte do programa TCRAf-Eu – *Transnational child-raising arrangements between Africa and Europe*. A investigação foi financiada pelo NORFACE Research Programme «Migration in Europe – Social, Economic, Cultural and Policy Dynamics». O projecto TCRAf-Eu é coordenado pela Universidade de Maastricht (V. Mazzucato) e é formado adicionalmente pelo University College de Cork (A. Veale) e a Universidade de Lisboa (M. Grassi).

com a colaboração de dois membros da equipa, Jeanne Vivet, investigadora com bolsa de pós-doutoramento, e Luena Marinho, investigadora júnior, que, no âmbito do projecto, acabou por identificar o seu objecto de estudo, sobre o qual está actualmente a completar um doutoramento no ICS-ULisboa.

Marzia Grassi